

CADERNO DE ENCARGOS

“Aquisição de Serviços de Transportes e Mudanças para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa”



PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar com o adjudicatário no âmbito do procedimento de consulta prévia para aquisição de serviços de transportes e mudanças para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
2. O contrato a celebrar visa a aquisição serviços transportes e mudanças para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
3. O valor base do procedimento é de 74.946,00 € (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos que o adjudicatário venha a prestar sobre a proposta adjudicada;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo fornecedor dos bens nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

O contrato tem a duração máxima de 750 dias, incluindo quaisquer renovações contratualmente estabelecidas, iniciando-se após a publicitação do Relatório de Formação do Contrato no Portal Base, nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP, mantendo-se em vigor até ao decurso daquele prazo ou até esgotar a verba contratualmente prevista, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.ª

Obrigações de pontual e integral execução do contrato

1. O adjudicatário obriga-se perante a entidade adjudicante a cumprir as prestações que resultem da proposta apresentada, observando as exigências do Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa.
3. Nas prestações contratadas, o adjudicatário deve colocar à disposição da entidade adjudicante todos os seus conhecimentos técnicos.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação principal de serviços identificados na Cláusula 1.ª e no Anexo A do presente Caderno de Encargos, sob a direção e fiscalização da entidade adjudicante, sem prejuízo da autonomia técnica do adjudicatário.
2. Decorrem igualmente, para o adjudicatário, as seguintes obrigações:
 - a) Assegurar e disponibilizar, por sua conta e risco, todos os equipamentos e instrumentos de trabalho necessários para o fornecimento dos serviços contratados;
 - b) Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços e a finalidade a que os bens ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções das unidades da entidade adjudicante assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - c) Comunicar por escrito à entidade adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, qualquer facto, situação, ocorrência ou vicissitude que torne total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e do contrato a celebrar com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;
 - d) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar, por escrito ou de forma oral, conforme determinado pela entidade adjudicante, todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que estas entendam necessário.
3. Os serviços que constituem o objeto do contrato são desenvolvidos pelos colaboradores do Adjudicatário com autonomia técnica e funcional, sem subordinação jurídica e hierárquica relativamente à entidade Adjudicante e sem obrigação de cumprimento de horário de trabalho.
4. O fornecimento objeto do contrato a celebrar deve ser executado nas instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a indicar pormenorizadamente pela entidade adjudicante.
5. A entidade adjudicante monitorizará em contínuo a prestação de serviços, com vista a verificar se a mesma reúne as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.

Cláusula 6.ª

Execução do contrato

A execução do contrato de aquisição de serviços de transportes e mudanças da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa pelo período de 750 dias, incluindo quaisquer renovações

contratualmente estabelecidas, iniciando-se após a publicitação do Relatório de Formação do Contrato no Portal Base, nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP, mantendo-se em vigor até ao decurso daquele prazo ou até esgotar a verba contratualmente prevista, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A do presente caderno de encargos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem empregados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à prestação de serviços.

Cláusula 8.ª

Local da Prestação de Serviços

A prestação de serviços tem lugar na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sita na Av. Professor Egas Moniz, 1649-028, Lisboa.

Cláusula 9.ª

Garantia técnica

O adjudicatário garante, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, todos os serviços prestados contra qualquer defeito ou anomalia no seu funcionamento ou qualquer desconformidade com as especificações técnicas e funcionais definidas no Anexo A ao presente Caderno de Encargos ou com aquelas constantes da proposta adjudicada, bem como com outros requisitos injuntivos exigidos por lei.

Cláusula 10.ª

Organização e meios do adjudicatário

1. O adjudicatário fica obrigado a afetar ao cumprimento das obrigações constantes do Caderno de Encargos todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à execução do contrato.
2. No caso de a entidade adjudicante verificar que os meios utilizados pelo adjudicatário são insuficientes ou inadequados à boa execução do contrato, pode impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.

3. A entidade adjudicante pode ordenar ao adjudicatário que seja retirado da equipa afeta à execução do contrato qualquer elemento que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitando os trabalhadores desta, seus colaboradores ou quaisquer outras entidades intervenientes na execução do contrato, ou ainda que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres, devendo tal ordem ser fundamentada por escrito.

4. Correm por conta do adjudicatário todas as despesas com remunerações, alojamento, alimentação e deslocação do pessoal que integra a Equipa ou que, a qualquer título, seja afeto à execução do contrato, incluindo o pessoal que seja afeto à execução do contrato, bem como todas as despesas de aquisição, licenciamento, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais, informáticos, eletrónicos ou outros necessários à execução do contrato.

Cláusula 11.ª

Acompanhamento da execução do contrato pelo adjudicatário

1. O adjudicatário nomeia um Gestor do Projeto que assegure a coordenação de todas as atividades no âmbito da execução do contrato e a articulação com o Gestor do Contrato.
2. O Gestor do Projeto representa o adjudicatário no âmbito da execução do contrato, salvo naquilo em que este dispuser diferentemente, competindo-lhe, nomeadamente, receber e encaminhar todos os pedidos que a entidade adjudicante entenda formular no âmbito da execução do contrato.
3. Ao Gestor do Projeto compete, nomeadamente, o seguinte:
 - a) Acompanhamento e articulação relativos à gestão do contrato;
 - b) Receber e encaminhar os pedidos que lhe sejam formulados no âmbito da execução do contrato;
 - c) Participar, em conjunto com outros representantes do adjudicatário, nas reuniões que sejam solicitadas pela entidade adjudicante;
 - d) Acompanhar e monitorizar eventuais sanções contratuais pecuniárias e identificação de melhorias a introduzir na execução do contrato;
 - e) Garantir a resolução de anomalias;
 - f) Assegurar a articulação relativa à faturação das prestações executadas.
4. A alteração do Gestor do Projeto, por parte do adjudicatário, deve ser previamente submetida à aprovação pela entidade adjudicante.

Cláusula 12.ª

Preço Base

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode, sob pena de exclusão, ser superior a 74.946,00€ (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base foi definido considerando o custo obtido por Consulta Preliminar, o qual faz parte do Anexo B do presente caderno de encargos. Para efeitos de cumprimento do artigo 35º-A do CCP, anexa-se o documento com a justificação do preço base, com a identificação do serviço, apresentadas pelas empresas consultadas.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida 30 dias após o início da prestação de serviços pelo prestador ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao fornecedor dos bens, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor dos bens obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O não pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do fornecedor dos bens, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. A(s) fatura(s) devem ser emitidas com os seguintes elementos:
 - a) Número de Contrato e número de compromisso;
 - b) Número de Nota de Encomenda, caso aplicável;
 - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a(s) suporta(m)

- d) Incidência do IVA, em separado;
 - e) Documentação de suporte.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo fornecedor dos bens.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao fornecedor dos bens serão automaticamente suspensos por igual período.
8. De acordo com Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, juntamente com o Decreto-Lei 14A/2020, de 7 de abril, salvo as devidas exceções, as faturas deverão ser enviadas obrigatoriamente através do Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública (feap.gov.pt). O envio de faturas por outros meios só será aceite caso se verifique alguma das exceções previstas nos normativos legais mencionados anteriormente. Neste caso as faturas, deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrónico, financeira@medicina.ulisboa.pt.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato Isabel Maria Costa Aguiar (imca@medicina.ulisboa.pt), e nas suas faltas ou impedimentos, pelo gestor substituto, Ana Cristina Matos Moreira (acmoreira@medicina.ulisboa.pt) designados pelo Primeira Outorgante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo fornecedor dos bens.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o fornecedor dos bens de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Modificação objetiva do contrato

Fundamentos previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor dos bens

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o prestador de serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização prévia do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o prestador deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo prestador de serviços que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo fornecedor dos bens depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de pena pecuniária, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da

respetiva adjudicação, sem IVA.

2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a entrega dos bens, por causa imputável ao adjudicatário, poderá a entidade adjudicante exigir 1‰ (um por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA, por cada dia de atraso.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor dos bens ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o fornecedor dos bens direito a qualquer indemnização

Cláusula 19.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na prestação objeto do contrato superior a 4 dias ou declaração escrita do prestador de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor dos bens e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 20.ª

Resolução do contrato por parte do prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos ex vi do artigo 449.º do mesmo Código.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, para os endereços legais de cada uma das partes identificados na primeira parte do contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 23.ª

Reprodução de documentação

Nenhum documento ou dado a que o prestador de serviços tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa do contraente público, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.ª

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.ª

Proteção de dados

De acordo com o Anexo I ao presente caderno de encargos.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 28.ª

Características, especificações e requisitos técnicos

As especificações técnicas são as constantes no Anexo A ao presente caderno de encargos.

Cláusula 29.ª

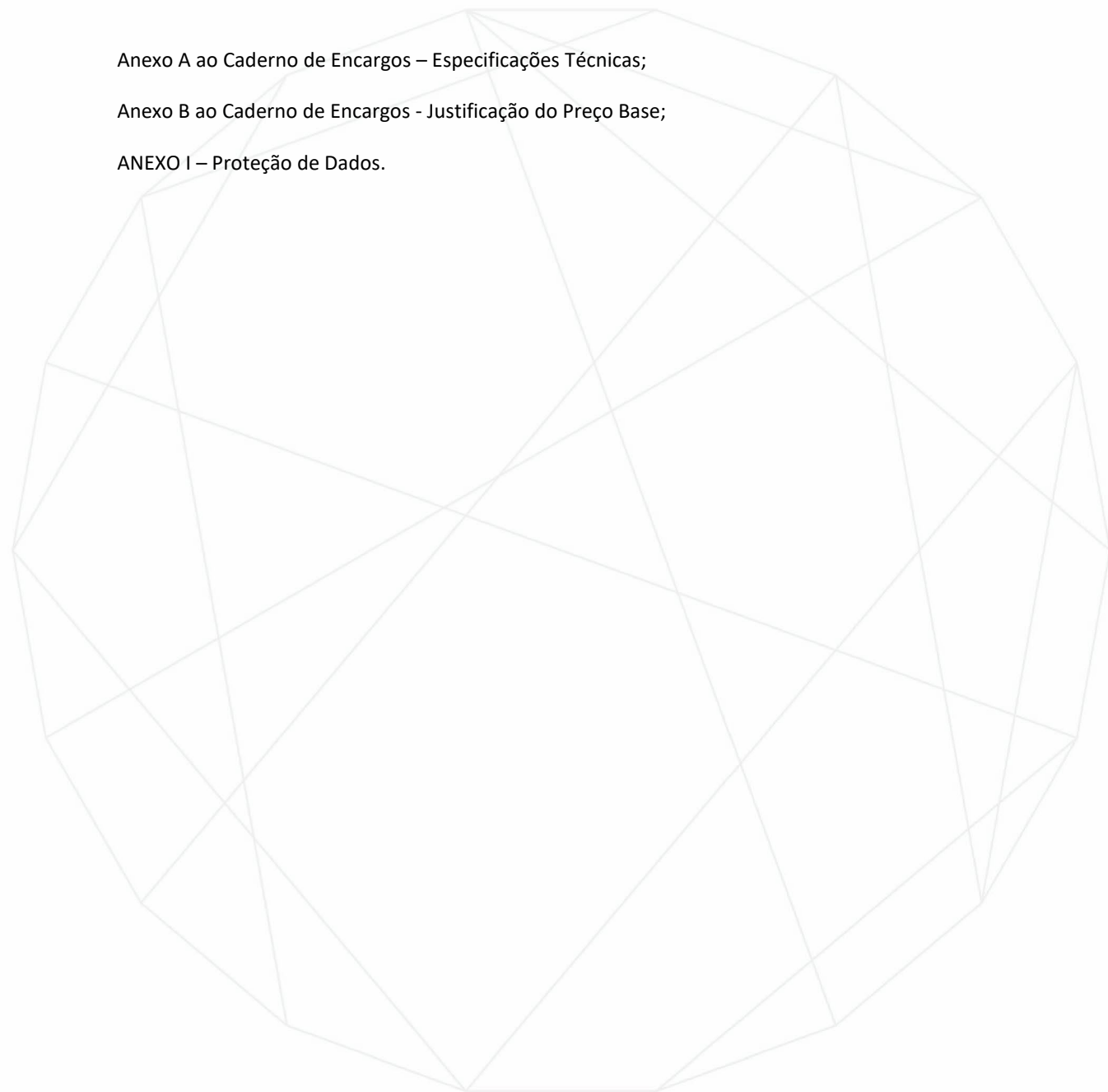
Anexos

Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos os seguintes anexos:

Anexo A ao Caderno de Encargos – Especificações Técnicas;

Anexo B ao Caderno de Encargos - Justificação do Preço Base;

ANEXO I – Proteção de Dados.



ANEXO A – Especificações Técnicas

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	Valor Unitário	Qt.
1	Transporte de mobiliário de escritório e pastas de arquivo			
1.1.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h		400
1.2.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h		250
1.3.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 17:00h às 8:00h	valor/h		50
1.4.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 17:00h às 8:00h	valor/h		250
1.5.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - sábado das 8:00h às 17:00h	valor/h		150
1.6.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - sábado das 8:00h às 17:00h	valor/h		200
1.7.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - sábado das 17:00h às 8:00h	valor/h		50
1.8.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - sábado das 17:00h às 8:00h	valor/h		125
1.9.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - domingos e feriados das 8:00h às 17:00h	valor/h		50
1.10.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - domingos e feriados das 8:00h às 17:00h	valor/h		100
1.11.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - domingos e feriados das 17:00h às 8:00h	valor/h		50
1.12.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - domingos e feriados das 17:00h às 8:00h	valor/h		150

2	Transporte de arquivo para destruição e reciclagem com emissão de e-GAR			
2.1.	Valor hora para Serviço - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h		100
2.2.	Valor hora para Serviço - sábado, das 8:00h às 13:00h	valor/h		50
2.3.	Emissão de Certificado de segurança	unidade		200
3	Transporte de materiais para vazadouro com emissão de e-GAR			
3.1.	Valor hora para Serviço - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h		200
3.2.	Valor hora para Serviço - sábado, das 8:00h às 13:00h	valor/h		100
4	Materiais de apoio			
4.1.	Caixas de papel, incluindo fita cola	unidade		500
4.2.	Papel pardo para embalagem: maço de 500 folhas	unidade		20
4.3.	Papel bolha de ar para embalagem: bobine de 1600mmx120m	unidade		20
4.4.	Sacos lixo industrial de 120 litros: rolo de 10kgs	unidade		40
5	Viaturas			
5.1.	Viatura até 16.000kgs	valor/h		50
5.2.	Viatura até 7.500kgs	valor/h		50
5.3.	Viatura até 3.500kgs	valor/h		25
5.4.	Viatura até 3.400kgs	valor/h		25

ANEXO B – Justificação do Preço Base

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	PREÇO UNITÁRIO			Valor Médio
			Empresa X	Empresa Y	Empresa Z	
1	Transporte de mobiliário de escritório e pastas de arquivo					
1.1.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h	18,00 €	17,50 €	20,00 €	18,50 €
1.2.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h	18,00 €	17,50 €	20,00 €	18,50 €
1.3.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 17:00h às 8:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.4.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - 2ª a 6ª feira, das 17:00h às 8:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.5.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - sábado das 8:00h às 17:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.6.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - sábado das 8:00h às 17:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.7.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - sábado das 17:00h às 8:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.8.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - sábado das 17:00h às 8:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
1.9.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - domingos e feriados das 8:00h às 17:00h	valor/h	36,00 €	35,00 €	40,00 €	37,00 €
1.10.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - domingos e feriados das 8:00h às 17:00h	valor/h	36,00 €	35,00 €	40,00 €	37,00 €
1.11.	Valor hora para serviço dentro das instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - domingos e feriados das 17:00h às 8:00h	valor/h	36,00 €	35,00 €	40,00 €	37,00 €
1.12.	Valor hora para serviço externo na Área da Grande Lisboa - domingos e feriados das 17:00h às 8:00h	valor/h	36,00 €	35,00 €	40,00 €	37,00 €
2	Transporte de arquivo para destruição e reciclagem com emissão de e-GAR					
2.1.	Valor hora para Serviço - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h	18,00 €	17,50 €	20,00 €	18,50 €
2.2.	Valor hora para Serviço - sábado, das 8:00h às 13:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
2.3.	Emissão de Certificado de segurança	unidade	15,00 €	15,00 €	15,00 €	15,00 €
3	Transporte de materiais para vazadouro com emissão de e-GAR					
3.1.	Valor hora para Serviço - 2ª a 6ª feira, das 8:00h às 17:00h	valor/h	18,00 €	17,50 €	20,00 €	18,50 €
3.2.	Valor hora para Serviço - sábado, das 8:00h às 13:00h	valor/h	27,00 €	26,25 €	30,00 €	27,75 €
4	Materiais de apoio					
4.1.	Caixas de papel, incluindo fita cola	unidade	4,50 €	4,50 €	5,00 €	4,67 €
4.2.	Papel pardo para embalagem: maço de 500 folhas	unidade	20,00 €	20,00 €	25,00 €	21,67 €
4.3.	Papel bolha de ar para embalagem: bobine de 1600mmx120m	unidade	133,00 €	132,00 €	135,00 €	133,33 €
4.4.	Sacos liso Industrial de 120 litros: rolo de 10kgs	unidade	37,00 €	36,00 €	38,00 €	37,00 €
5	Viaturas					
5.1.	Viatura até 16.000kgs	valor/h	60,00 €	60,00 €	60,00 €	60,00 €
5.2.	Viatura até 7.500kgs	valor/h	52,00 €	50,00 €	55,00 €	52,33 €
5.3.	Viatura até 3.500kgs	valor/h	45,00 €	40,00 €	45,00 €	43,33 €
5.4.	Viatura até 3.400kgs	valor/h	30,00 €	30,00 €	30,00 €	30,00 €

Nota:

1. O preço referido no número anterior deverá incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os valores apresentados nas alíneas anteriores deverão contemplar todos os custos com pessoal, bem como, o custo das viaturas a afetar à prestação;
2. A presente consulta preliminar configura tão somente uma simples auscultação ao mercado, da qual não resulta qualquer vínculo obrigacional entre a entidade adjudicante e a entidade a quem esta se dirige, para efeitos de uma eventual adjudicação posterior relacionada com o objeto da questão colocada.

Valor Médio	Unidade	Quantidade	Sub-Total	Total
18,50 €	hora	400	7 400,00 €	
18,50 €	hora	250	4 625,00 €	
27,75 €	hora	50	1 387,50 €	
27,75 €	hora	250	6 937,50 €	
27,75 €	hora	150	4 162,50 €	
27,75 €	hora	200	5 550,00 €	
27,75 €	hora	50	1 387,50 €	
27,75 €	hora	125	3 468,75 €	
37,00 €	hora	50	1 850,00 €	
37,00 €	hora	100	3 700,00 €	
37,00 €	hora	50	1 850,00 €	
37,00 €	hora	150	5 550,00 €	47 868,75 €
18,50 €	hora	100	1 850,00 €	
27,75 €	hora	50	1 387,50 €	
15,00 €	unidade	200	3 000,00 €	6 237,50 €
18,50 €	hora	200	3 700,00 €	
27,75 €	hora	100	2 775,00 €	6 475,00 €
4,67 €	unidade	500	2 335,00 €	
21,67 €	unidade	20	433,40 €	
133,33 €	unidade	20	2 666,60 €	
37,00 €	unidade	40	1 480,00 €	6 915,00 €
60,00 €	hora	50	3 000,00 €	
52,33 €	hora	50	2 616,50 €	
43,33 €	hora	25	1 083,25 €	
30,00 €	hora	25	750,00 €	7 449,75 €

74 946,00 €

ANEXO I

Proteção de Dados

1. Fundamentação, objeto e duração do tratamento de dados

1.1 O objeto e a duração do tratamento, a natureza, a finalidade, as categorias dos sujeitos dos dados e os tipos de dados pessoais tratados pela Segunda Outorgante por conta da Primeira Outorgante são os seguintes:

Objeto do tratamento	<i>Dados pessoais de identificação:</i> Exemplos: Nome, número de identificação civil, número de identificação fiscal, telefone, morada;
Duração do Tratamento	Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato;
Fundamentação	O tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, e no âmbito do interesse legítimo da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, nos termos do seu objeto que resulta do artigo 4.º dos seus estatutos;
Finalidade	Para a aquisição objeto do presente procedimento

2. Confidencialidade e proteção de dados

2.1 A Segunda Outorgante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe tenham sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.2 Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, obrigando-se a Segunda Outorgante a:

- 2.2.1 Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos bens objeto do presente contrato;
- 2.2.2 Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados, nomeadamente, em matéria de fundamentação de tratamento e, quando necessário, de obtenção do respetivo consentimento;
- 2.2.3 Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- 2.2.4 Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- 2.2.5 A Segunda Outorgante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.
- 2.3 As Outorgantes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

3. Subcontratação

- 3.1 Caso a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de bens, a mesma será a único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
- 3.2 A Segunda Outorgante obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

4. Segurança de informação relativamente aos dados pessoais

- 4.1 A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva

destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

- 4.2 A Segunda Outorgante procederá, nomeadamente, à utilização das seguintes medidas de segurança física: a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Primeiro Outorgante dos dados pessoais de outros clientes, a utilização de *backups*, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito.
- 4.3 O envio da informação para a Primeira Outorgante será realizado através de ficheiro com salvaguarda de acesso através de password que será definida autonomamente entre as partes.
- 4.4 A Segunda Outorgante procederá à utilização das seguintes medidas de segurança lógica quando necessário: a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de *logs* de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

5. Segurança das comunicações

- a. A Segunda Outorgante adotará as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos bens prestados à Primeira Outorgante ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais.

6. Tratamento de dados pessoais pelos colaboradores da Segunda Outorgante

- 6.1 A Segunda Outorgante deverá assegurar que os seus colaboradores conhecem com as regras e o regime do Regulamento Geral de Proteção de Dados e cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente à proteção de dados pessoais.
- 6.2 A Segunda Outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, de dados pessoais por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

7. Violação de dados pessoais

- 7.1 A Segunda Outorgante notificará a Primeira Outorgante da forma mais célere possível, atentas as circunstâncias do caso concreto, de qualquer destruição acidental, não autorizada ou ilegal, perda,

20

alteração ou divulgação ou o acesso a dados pessoais tratados em nome ou por conta da Primeira Outorgante.

7.2 Em caso de incidente, que poderá respeitar a violação de dados, a Segunda Outorgante notificará a Primeira, entre outros, dos seguintes elementos:

7.2.1 *Quanto ao incidente:* (i) uma descrição detalhada da violação de segurança (ii) a identificação do tipo de dados que foram objeto de violação; e (iii) a identidade de cada pessoa afetada (ou, se tal não for possível, o número aproximado de titulares de dados e dos registos em causa);

7.2.2 *Quanto a responsável pelo tratamento de dados e medidas a implementar:* (i) o nome e informações de contato do Encarregado de Proteção de Dados da empresa ou do responsável de tratamento de dados da empresa; (ii) uma descrição das consequências prováveis da Violação de Segurança (iii) uma descrição das medidas propostas pela empresa para tratar a Violação de Segurança;

7.2.3 *Medidas a adotar:* as medidas a adotar para mitigar os seus possíveis efeitos adversos; e, ainda a indicação de todos os esforços realizados para mitigar os efeitos de uma eventual Violação de Segurança de acordo com as suas obrigações nos termos do presente contrato.

7.3 A Segunda Outorgante não disponibilizará ou publicará qualquer informação, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia da Primeira Outorgante.

8. Período de conservação de dados pessoais

8.1 A Segunda Outorgante procederá à conservação dos dados pessoais pelo período que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato, podendo esse prazo ser alargado por indicação da Primeira Outorgante.

8.2 Quando cesse a finalidade que motivou o tratamento, inicial ou posterior, de dados pessoais, o responsável pelo tratamento da Segunda Outorgante deverá proceder à sua destruição ou anonimização.

8.3 Todos os dados pessoais que sejam rececionados pela Segunda Outorgante que constem do pedido à constituição de relação jurídica de Agente cuja autorização não seja confirmada pela Primeira Outorgante deverão ser eliminados após decisão de indeferimento do pedido. ~

8.4 Nos casos em que exista um prazo de conservação de dados imposto por lei, só pode ser exercido o direito ao apagamento findo o respetivo prazo legal.

9. Pedidos de informação que envolvam dados pessoais

9.1 Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperam no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.